

## **Identidade Caiçara: exclusão histórica e sócio-ambiental<sup>1</sup>** **Cristina Adams<sup>2</sup>**

### **Introdução**

O debate sobre a presença de populações “tradicionais” em áreas protegidas é usualmente polarizado entre dois grupos antagônicos, tanto no Brasil (Adams 2000a) quanto em outros países (Ellen 1993, Milton 1993). O primeiro, ao qual podemos chamar genericamente de antropocentristas, tem defendido a permanência destas populações nas áreas protegidas com base no suposto baixo impacto de suas atividades de subsistência, fruto do etnoconhecimento sobre o ambiente onde vivem. Os conservacionistas, por sua vez, têm defendido a remoção das populações “tradicionais”, baseando-se na fragilidade dos ecossistemas e nos inúmeros exemplos de degradação causados pelo Homem.

No caso específico das unidades de conservação restritivas da Mata Atlântica, o debate sobre a presença de populações tradicionais em unidades de conservação teve início nos primeiros anos da década de 1980, envolvendo principalmente as comunidades Caiçaras. Conforme discutido anteriormente (Adams 2000a), o caráter deste debate foi essencialmente político<sup>3</sup>, e nenhum dos lados possuía evidências concretas para comprovar seus argumentos. Atualmente, após cerca de duas décadas de debates, há uma tendência de aceitação da permanência das populações Caiçaras nas unidades de conservação. A própria postura governamental vem mudando, pelo menos no Estado de São Paulo, como demonstra o Plano de Manejo do Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar (São Paulo 1998), que prevê áreas de uso tradicional em seu zoneamento. Hoje, as preocupações parecem estar mais centradas na busca de soluções práticas para o problema como, por exemplo, o desenvolvimento de técnicas adequadas de manejo do meio ambiente (Viana 2001)<sup>4</sup>. Todavia, isto não significa que as divergências tenham sido completamente superadas.

Em minha contribuição para esta mesa redonda pretendo analisar uma das facetas que considero mais problemáticas no debate sobre populações “tradicionais” e unidades de conservação. Neste sentido, tomarei como estudo de caso o debate travado nas últimas duas décadas sobre as

---

<sup>1</sup> Uma versão anterior deste trabalho foi apresentada no *Workshop Ethnographies of Ecological Under-Privilege*, Department of Anthropology, Goldsmiths College, University of London, em 2000, e será publicada em breve (Adams in press).

<sup>2</sup> Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos e do Departamento de Ecologia do Instituto de Biociências da USP. *Visiting Research Fellow*, Department of Anthropology, UKC, Inglaterra (1999-2000).

<sup>3</sup> Ver também (Vianna 1996).

<sup>4</sup> Esta tendência também pode ser verificada na mesa redonda ‘A Problemática dos Caiçaras da Mata Atlântica’, realizada durante a IV Semana Temática da Biologia (IB-USP), em setembro 2001.

populações Caiçaras e a Mata Atlântica. Pretendo ressaltar o caráter político deste debate e os perigos envolvidos na construção de uma identidade “ecologicamente correta” para as populações “tradicionais”<sup>5</sup>. Meu argumento central será de que a “identidade” Caiçara “ecologicamente correta” é uma representação historicamente datada, construída pelos antropocentristas com o intuito de garantir o direito destas populações à permanência nas unidades de conservação de Mata Atlântica. A minha leitura, entretanto, será de que a construção desta “identidade” terá um efeito inverso a médio ou longo prazo, e apenas contribuirá para o enfraquecimento político destas sociedades, a despeito das boas intenções de seus propositores.

Este trabalho é uma tentativa inicial de reavaliar a questão Caiçara sob a ótica da história ambiental e da ecologia política (Balée 1995, Leatherman 2000, Scoones 1999), buscando superar a característica dicotômica deste tipo de debate. Será sugerido que o conceito de etnogênese, proposto por Hill (1996), pode ser de grande valia neste processo. Gostaria de esclarecer, entretanto, que dadas as limitações de tempo e espaço, minha argumentação será, necessariamente, bastante sucinta e simplificada, pelo que peço desculpas a todos antecipadamente. Por fim, gostaria de deixar claro que esta análise tem a finalidade de nos fazer refletir, como acadêmicos, sobre as implicações políticas de nosso trabalho e na forma como ele pode impactar positiva ou negativamente as vidas das populações que estudamos (Brosius 2000).

### **O Caiçara “Ecologicamente Correto”**

No início da década de 1980, influenciadas pelo início do processo de “democratização” e pelos movimentos ambientalistas internacionais, surgem as primeiras organizações não governamentais brasileiras com o objetivo de proteger a Mata Atlântica. Estas entidades foram responsáveis por chamar a atenção da sociedade para as inúmeras pressões externas que vinham colocando em risco a preservação deste ecossistema (como caçadores, extrativistas, empreendimentos imobiliários, a construção de estradas, a poluição de Cubatão e o turismo predatório), iniciando o debate sobre sua conservação. Uma das facetas mais sensíveis deste debate era a existência de comunidades Caiçaras no interior das unidades de conservação restritivas. Com o passar do tempo, o debate entre conservacionistas e antropocentristas vai se acirrando, e a comunidade acadêmica é chamada a corroborar os posicionamentos de ambos os lados. Inicia-se, então, a construção da “identidade” Caiçara “ecologicamente correta” pelos antropocentristas (Adams 2000a).

---

<sup>5</sup> Roy Ellen (1986) faz uma brilhante crítica sobre a concepção do *ecologically noble savage* na antropologia.

De forma geral, o discurso da corrente antropocentrista propunha-se a criticar e superar a dicotomia Homem x Natureza, que estaria na base dos argumentos conservacionistas (Adams 2000a). Apesar da falta de uma investigação sistemática, o etnoconhecimento Caiçara começa a ser valorizado, e sua estreita relação com a Mata Atlântica enfatizada (Cunha e Rougeulle 1989, Diegues 1988, Diegues 1993a, Diegues e Nogara 1994, Milanelo 1992). O Caiçara passa, então, a ser descrito como o pescador tradicional que habitava pequenas comunidades isoladas no litoral dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina, dependendo fortemente dos recursos naturais para sobreviver, e vivendo em “harmonia” com a natureza (Angelo 1990, Cunha and Rougeulle 1989, Diegues 1993a). Esta relação “harmoniosa” era normalmente justificada pelo fato de os Caiçaras habitarem os últimos remanescentes da Mata Atlântica, o que comprovaria seu manejo secular e ecologicamente correto do ambiente (Cunha and Rougeulle 1989, Diegues 1988, Milanelo 1992)<sup>6</sup>. Em outras palavras, os Caiçaras foram idealizados como “primitivos, harmônicos, simbióticos e conservacionistas” (Vianna 1996: 210). Neste processo de definição de uma “identidade” Caiçara, características relativamente recentes de seu modo de vida como pescador familiar tradicional, dotado de um mundo simbólico marítimo, foram apropriadas e enfatizadas. Por outro lado, as atividades que impactavam diretamente a vegetação e que caracterizavam-no, no passado, essencialmente como lavrador (França 1954, Mourão 1971, Mussolini 1980), tiveram sua importância reduzida<sup>7</sup>, incrementando sua “nobreza ecológica”<sup>8</sup>.

Mas, ironicamente, apesar de criticarem a dicotomia Homem x Natureza, os antropocentristas utilizavam argumentos baseados exatamente nesta mesma dicotomia para criar o Caiçara “naturalizado”. As comunidades “tradicionais” (naturais, isoladas, prístinas), cujo direito de permanência nas unidades de conservação era defendido, foram contrapostas às “não-tradicionais” (humanizadas, aculturadas, modernas), *reforçando*, assim, a dicotomia Homem x Natureza ao invés de superá-la (Descola e Pálsson 1996, Ellen 1986, Scoones 1999). Além disso, ao enfatizar o caráter “natural” dos Caiçaras, estes autores lhes roubaram o passado, criando uma sociedade ahistórica, portadora de uma cultura estática<sup>9</sup>. Neste sentido, o caso Caiçara não é único, mas faz parte da mitologia do movimento ambientalista do final do século XX, que continua a perpetuar

---

<sup>6</sup> Não me refiro, aqui., aos argumentos legais de uso e ocupação tradicional utilizados na Justiça para garantir o direito à terra de famílias Caiçaras, que, neste caso, são perfeitamente justificáveis.

<sup>7</sup> Já discuti anteriormente (Adams 2000a) que as populações caiçaras eram constituídas, no passado, primordialmente por lavradores-pescadores. Sua produção agrícola garantiu, inclusive, o fornecimento de gêneros alimentícios para os engenhos de açúcar do litoral e para as zonas de mineração em Minas Gerais, durante o ciclo do ouro. É somente após a introdução do cerco e do barco a motor, em meados do século XX, que estas comunidades passam a dedicar uma parte cada vez maior de seu tempo às atividades da pesca, em detrimento da lavoura.

<sup>8</sup> Este não é um caso único em se tratando de sociedades “tradicionais”, como mostra (Novellino *in press*) com os Batak das Filipinas.

uma “*pernicious dichotomy, which, however much some have tried to disguise it, reproduces the notion of a primitive, exotic Other*” (Ellen 1993: 126).

Todavia, uma análise mais cuidadosa mostra que, na realidade, a atual situação vivida pelos Caiçaras frente ao debate ambientalista nada mais é do que parte de um longo processo histórico de exclusão sócio-econômica dos sistemas colonial, nacional e global (Wolf 1997). O meu argumento neste trabalho é que a nova “identidade ecologicamente correta”, criada no bojo do recente debate ambiental, somente contribuirá para reforçar sua posição periférica a médio ou longo prazo, a despeito de alguns avanços políticos alcançados nos últimos anos. Neste sentido, pretendo iniciar, ainda que de forma bastante preliminar neste simpósio, um processo de desconstrução da “identidade” Caiçara “ecologicamente correta”, no qual o conceito de etnogênese proposto por Hill (Hill 1996a), será utilizado como ferramenta metodológica. Segundo a definição do próprio autor, etnogênese é “the synthesis of a people’s cultural and political struggles to exist, as well as their historical consciousness of these struggles” (Hill 1996a: 2). A utilização do conceito de etnogênese permitirá, em minha opinião, incluir a história local das comunidades Caiçaras dentro das complexas inter-relações da história global dos últimos cinco séculos (Giddens 1991, Hill 1996, Wolf 1997), numa aproximação teórica com as perspectivas da história ambiental e da ecologia política (Balée 1995, Leatherman 2000, Scoones 1999).

A meu ver, a única forma de contribuir para que os Caiçaras construam sua própria identidade e garantam seus direitos, é devolvendo a eles sua história, não só como forma de protegê-los da manipulação externa, mas como forma de ressaltar sua importância na construção da paisagem “natural” (Adams 1994, Oliveira 1999). Desta forma, a desconstrução da “identidade” Caiçara, tal como ela é representada pelos antropocentristas no debate ambiental, permitirá resgatar seu dinamismo e sua riqueza, fortalecendo a luta política destas comunidades pelo direito de permanecer em suas terras. Se pretendemos, de fato, contribuir para que a justiça ambiental<sup>10</sup> seja feita, devemos evitar as armadilhas das análises pontuais e sincrônicas, substituindo-as por uma análise processual mais abrangente (Scoones 1999, Wolf 1997).

## **Um Pouco de História**

---

<sup>9</sup> Apesar da importância da abordagem histórica, bem como da impossibilidade de terem existido sociedades ameríndias pré-descoberto completamente isoladas e autônomas, já ter sido enfatizada para a Amazônia (Hill 1996a, 1996b, Leonardi 1999, Riviére 1993, Whitehead 1993a, 1993b), os Caiçaras continuam a ser tratados como culturas locais estáticas.

<sup>10</sup> O conceito de justiça ambiental é relativamente recente, e surgiu nos EUA. Vários autores documentaram a existência de um padrão de racismo ambiental, em que condições históricas, sócio-econômicas e/ou políticas governamentais desempenhavam um papel significativo na estruturação de condições de desigualdade. O movimento iniciado pela sociedade civil organizada para mudar estas condições foi denominado de justiça ambiental (Johnston 2001).

Nas primeiras décadas após a conquista, os portugueses extraíram uma quantidade gigantesca de recursos da Mata Atlântica, dos quais se destaca o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) (Dean 1996). Todavia, os altos custos envolvidos na defesa e na manutenção da Colônia logo fizeram com que a Metrópole se visse obrigada a achar um substituto para a extração de recursos. Assim, a partir de 1520, começam a ser instalados os primeiros engenhos de açúcar voltados para a exportação na costa brasileira, de propriedade de famílias portuguesas imigrantes (Furtado 1968). A partir de então, a Colônia é definitivamente amarrada ao mercado europeu através da produção e exportação agrícolas, e do crescente mercado de escravos<sup>11</sup> (Dean 1996), inserindo-se definitivamente no emergente processo de globalização<sup>12</sup> (Giddens 1991).

O ciclo da cana-de-açúcar inaugura, no Brasil, um ethos clientelista que vai se perpetuar nos próximos séculos, permanecendo, como se sabe, imiscuído na vida política até os dias de hoje (Valença 1999). As pequenas propriedades que circundavam os engenhos, fornecendo-lhes gêneros alimentícios e serviços, servindo-lhes de retaguarda econômica (Mussolini 1980), estavam ligadas aos senhores de engenho por uma relação que reforçava sua posição periférica nas economias local, nacional e internacional (Furtado 1968, Valença 1999, Wolf 1997). Enquanto o patrão fornecia recursos, proteção e ligações com o mundo exterior, os pequenos proprietários tinham que oferecer apoio e obediência. Poucos, nem mesmo governadores-gerais e bispos, ousavam desafiar o poder dos senhores de engenho, garantido por sua riqueza (terras, escravos, equipamentos) e por seu papel estratégico na política colonial portuguesa (Valença 1999: 6).

Na região sudeste, as altas escarpas da Serra do Mar, recobertas pela Mata Atlântica, e a pouca disponibilidade de terra para agricultura nas planícies costeiras, não só restringiu o número de engenhos, como também forçou as pequenas propriedades Caiçaras a se estabelecerem nas planícies menores e nas encostas, onde produziam farinha de mandioca e peixe (Mussolini 1980, Dean 1996). Além de ocuparem uma posição político-econômica periférica, os Caiçaras foram também empurrados para terras marginais. Ao limitar o tamanho e a mobilidade das comunidades Caiçaras, os fatores geográficos (França 1954, Marcílio 1986, Mussolini 1980) e sócio-econômicos influenciaram seu modo de ocupação da paisagem e o uso dos recursos naturais.

Os ciclos econômicos que se seguiram ao da cana-de-açúcar (ouro, café, arroz) fizeram com que, no litoral sudeste, períodos de intensa atividade econômica fossem alternados com períodos de

---

<sup>11</sup> Os Bandeirantes do estado de São Paulo foram responsáveis, sozinhos, pelo fornecimento de 350.000 índios escravos para as plantações de cana-de-açúcar no Nordeste, até 1750. Os índios foram posteriormente substituídos por escravos africanos trazidos principalmente do Congo, Angola e Moçambique. Entre 1811 e 1870 o Brasil adquiriu mais de 1.145.000 escravos africanos (Wolf 1997).

<sup>12</sup> No sentido definido por Anthony Giddens (Giddens 1991), a globalização pode ser definida "...como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa." (p. 69). Assim definida, a globalização é uma

relativa estagnação, redução populacional, simplificação das atividades de subsistência e aumento do número de pequenas comunidades<sup>13</sup>. Até meados do século XX, durante os períodos de prosperidade em que outras alternativas econômicas eram oferecidas aos Caiçaras, suas atividades “tradicionais” (agricultura de subsistência e pesca costeira) eram abandonadas em favor daquelas, e muitas vezes houve, como consequência, um aumento da população urbana nos municípios do litoral (Mourão 1971). Por outro lado, nos períodos de relativa estagnação, o Caiçara geralmente voltava para suas atividades “tradicionais” como forma de garantir sua subsistência, havendo um retorno para a área rural. Nestes períodos, sistemas regionais eram criados ou reativados, e produtos locais ganhavam certa importância econômica, como a farinha de mandioca e o aguardente nas primeiras décadas do século XX, no litoral norte de São Paulo (Adams 2000a, França 1954).

Em 1836, durante um dos períodos áureos, o litoral norte de São Paulo possuía 370 fazendas de café, 20 destilarias de cachaça e 17 engenhos de açúcar. No litoral sul, devido às condições ecológicas existentes (planícies costeiras bem irrigadas) prevaleceu a cultura de arroz, que sustentava 82 fazendas (Willems 1966). Nesta época, a Ilha de São Sebastião (litoral norte de São Paulo) possuía uma densidade demográfica de 32,7 hab/km<sup>2</sup>. No período de decadência que se seguiu, a densidade caiu para 14,3 hab/km<sup>2</sup> (1950), e a maior parte da população que permaneceu (86%) passou a viver exclusivamente da agricultura de subsistência e pesca costeira<sup>14</sup>. Neste intervalo, de pouco mais de 100 anos, a área de terra cultivada caiu dramaticamente de 126 para 6,8 km<sup>2</sup>, contribuindo para a regeneração da Mata Atlântica (França 1954). Este exemplo demonstra como mudanças ocorridas no mercado global (queda do café)<sup>15</sup> tiveram consequências locais e regionais, afetando unidades domésticas, grupos de parentesco, comunidades e ecossistemas (Wolf 1997, Giddens 1991).

Todavia, esta situação de relativa estagnação vivida pelo litoral de São Paulo começa a mudar com a chegada do barco a motor e do cerco, introduzido por pescadores japoneses entre 1930 – 1950, responsáveis por um grande aumento de produtividade na pesca (Adams 2000a, Adams 2000b). Vários autores descrevem os efeitos destas duas inovações tecnológicas nas comunidades Caiçaras, com o abandono parcial ou total da atividade agrícola em favor da pesca (França 1954, Mourão 1971, Oliveira 1999, Silva 1975, Willems 1966). Assim, a partir de meados do século XX,

consequência da modernidade, “...um processo de desenvolvimento desigual que tanto fragmenta quanto coordena – [e] introduz novas formas de interdependência mundial... (op.cit.: 174).

<sup>13</sup> Este cenário foi descrito para o Paraná (Cunha and Rougeulle 1989, IPARDES 1989, Langowski 195?, Rougeulle 1989), São Paulo (Almeida 1946, Diegues 1983, França 1954, Mussolini 1980, Silva 1975, Silva 1993, Simão e Goldman 1958, Willems 1966, Winther *et al.* 1989) e Rio de Janeiro (Siqueira 1989b).

<sup>14</sup> Com exceção de algumas comunidades que dependiam basicamente da pesca (Bernardes e Bernardes 1950).

o modo de vida Caiçara vai sendo reorganizado, e o mar adquire um novo *status* cultural<sup>16</sup> (Mourão 1971, Silva 1993).

A partir de 1950, turistas da classe média urbana, surgida do processo de industrialização da virada do século XIX, passam a comprar as terras dos Caiçaras, que vão mudando para as encostas da Serra do Mar ou para as cidades próximas, em franco processo de crescimento. Com a construção das modernas rodovias de acesso ao litoral de São Paulo, a partir de meados do século XX, as transformações sócio-econômicas vividas pelos Caiçaras são acentuadas (Siqueira 1989a, b). Especuladores, atraídos pelo crescente interesse imobiliário no litoral, dão início a um violento processo de “aquisição” das terras dos Caiçaras que, devido à inexistência de propriedade legal, muitas vezes foram expulsos. Este processo envolveu sérias ameaças às famílias que se recusavam a abandonar suas terras, e muitas vezes resultou em mortes (Campos 1980, Silva 1979)<sup>17</sup>.

O turismo e a urbanização que se seguiram, na segunda metade do século XX, rapidamente transformaram a paisagem rural litorânea, e a agricultura Caiçara perde definitivamente sua importância como atividade de subsistência. Conforme suas terras e o fácil acesso às praias são perdidos, a pesca também vai reduzindo sua importância. Em seguida, o estabelecimento de unidades de conservação restritivas, como parte da estratégia do Estado para conservar os últimos remanescentes da Mata Atlântica, proíbe a agricultura itinerante e a caça. Como resultado, as poucas famílias que ainda dependiam parcialmente destas atividades tiveram que mudar suas estratégias de subsistência, passando para a pesca comercial ou para o emergente setor de serviços (Luchiari s.d., Vitae Civilis 1995).

### **Os Caiçaras – Historicamente Excluídos**

Ao adotar uma perspectiva histórica, situando os Caiçaras dentro do processo de expansão das atividades mercantis e do poder europeu, que começam a mudar irreversivelmente o mundo a

---

<sup>15</sup> A quebra da bolsa em 1929 e a produção de café em novas áreas do globo foram fatais para a política brasileira de exportação, que dependia exclusivamente do café.

<sup>16</sup> Todavia, nem todas as comunidades se adaptaram bem às mudanças trazidas pelo barco a motor, conforme mostrado por (Rougeulle 1989) na costa do Paraná. De fato, algumas comunidades jamais fizeram a transição, como Mandira, no litoral sul de São Paulo (Sales e Moreira 1994).

<sup>17</sup> Um caso exemplar é o de Trindade (RJ), onde as populações locais foram ameaçadas, na década de 1970, pela multinacional Brascan-Adela, que adquirira uma extensa área próximo à comunidade para implementar um empreendimento imobiliário. Desejando aumentar sua área, a Brascan-Adela utilizou advogados, autoridades locais e homens armados para intimidar os moradores e forçá-los a abandonar suas casas (Campos 1980).

partir do fim do século XV (Wolf 1997)<sup>18</sup>, sua exclusão sócio-econômica e ecológica evidencia-se. Desde o século XVI, os Caiçaras desempenham um papel periférico dentro de sistemas político-econômicos mais amplos (mercantilista e capitalista) (Willems 1966), como já apontado para outros povos (Wolf 1997). Sendo descendentes de indivíduos desprovidos de *status* civil ou político (índios, escravos africanos) os Caiçaras, apesar de livres, não tinham lugar na sociedade colonial brasileira<sup>19</sup>, extremamente hierarquizada e polarizada em duas grandes classes: os proprietários de terras e os escravos (Chauí 2000).

Ao longo dos séculos, os Caiçaras sempre estiveram sujeitos aos detentores do poder político-econômico – senhores de engenho (Furtado 1968, Valença 1999), empresários (Campos 1980, Silva 1979, Siqueira 1989b), classe média urbana e, por fim, o Estado – ocupando terras periféricas das quais nunca foram proprietários legais (Dean 1996, Mussolini 1980). Até o início do século XX, os Caiçaras foram sistematicamente deixados para trás na Mata Atlântica, ao lado dos também excluídos quilombolas e índios, conforme os ciclos econômicos passavam e iam enriquecer outras paragens. Quando o litoral sudeste é redescoberto pela classe média urbana, na década de 1960, e a Mata Atlântica adquire novo significado, a maioria dos Caiçaras começa a perder suas terras, incapaz de lidar com forças econômicas muitas vezes coercitivas<sup>20</sup>. Por fim, quando as unidades de conservação da Mata Atlântica começam a ser criadas, na década de 1980, têm que lutar contra o governo e os conservacionistas, que buscavam proteger a paisagem que eles próprios ajudaram a moldar (Oliveira 1999).

Conforme um aval científico se torna necessário para dar mais força às suas reivindicações, surge um novo ator no conflito ambiental – os antropocentristas. A estratégia por eles adotada foi a apropriação e a redefinição do modo de vida Caiçara como uma “identidade”, amplamente forjada em termos “ecologicamente corretos”. Desta forma, buscava-se conferir um grau de “naturalização” a estas comunidades, que demonstrasse um convívio “harmonioso” com a natureza. Todavia, ao destacar os Caiçaras de seu contexto histórico-social, os antropocentristas apenas contribuem para perpetuar sua posição como sobreviventes de um passado remoto, pobres habitantes dos últimos remanescentes de uma Mata Atlântica outrora luxuriante, dependentes incondicionais de suas atividades “tradicionais” de subsistência. Ao perpetuar uma “identidade” romantizada, aumentou-se a invisibilidade sócio-política (Murrieta 2000) Caiçara, conferindo-lhes uma certa passividade. Ou seja, através de um processo de naturalização das desigualdades sociais,

---

<sup>18</sup> Para Wallerstein (Wallerstein 1974 *apud* Giddens 1991), a grande influência globalizante do capitalismo deve-se justamente ao fato de ser uma ordem econômica, e não política, o que permitiu sua penetração em áreas do mundo onde os estados de origem não teriam condições de fazer valer seu poderio político.

<sup>19</sup> Assim como os *mestizos* latino-americanos, em geral, e os Caboclos, da Amazônia brasileira.

<sup>20</sup> Ver, entretanto, nota nº 21.



a gênese histórica das diferenças foi suprimida, perpetuando a existência de formas visíveis e invisíveis de violência que, todavia, não são percebidas como tais (Chaui 2000)<sup>21</sup>. Em muitos casos, o debate Caiçara serviu como um meio perfeito para os donos do conhecimento científico legitimarem seus próprios interesses (Adams 2000a, Milton 1993, Vianna 1996).

O próprio uso da palavra Caiçara para identificar os moradores do litoral sudeste brasileiro, que não se auto-definiam como tal (Setti 1985)<sup>22</sup>, já cria uma fronteira entre estas sociedades “tradicionais” e a sociedade nacional, estigmatizando as primeiras, já que, historicamente, a palavra Caiçara possuía um significado pejorativo<sup>23</sup>. Ou seja, a criação do estereótipo “tradicional ecologicamente correto” serve, a rigor, para reafirmar o *status quo* destas comunidades, confirmando o que aponta Roy Ellen (1986): longe de estarem em “harmonia” com a natureza, sociedades “tradicionais” são, na verdade, vítimas dela.

Mas, ao adotarmos uma análise processual, histórica, as distinções entre o tradicional e o não tradicional, o rural e o urbano, o prístino e o aculturado, o isolado e o moderno, perdem seu sentido na caracterização da cultura Caiçara. A diversidade de estratégias de subsistência adotadas pelos Caiçaras, nem sempre diretamente relacionadas à natureza – construção naval, mineração, cultivo comercial de banana, anil e fumo, pesca comercial da baleia, trabalho em serrarias e fornos de cerâmica (Almeida 1946, Adams 2000a, Mourão 1971, Silva 1975) –, demonstra sua habilidade histórica de adaptação a um contexto econômico em constante mudança, tão bem exemplificada pela chegada do barco a motor ao litoral de São Paulo, no início do século XX (Adams 2000b). O “isolamento” ao qual as comunidades Caiçaras estiveram sujeitas, antes da chegada do barco a motor e das rodovias (1950 – 1960), esteve sempre relacionado a períodos de relativa estagnação econômica (Mourão 1971, Setti 1985, Silva 1993, Willems 1966). Durante os períodos de prosperidade, quando outras alternativas econômicas lhes eram oferecidas, a agricultura de subsistência e a pesca costeira eram abandonadas. De acordo com Willems (1966: 6), os Caiçaras eram caracterizados, na verdade, por:

---

<sup>21</sup> Parece sintomático que o movimento de resistência aos especuladores e às restrições impostas pela legislação ambiental, que ocorreu em várias comunidades Caiçaras, seja tratado por pouquíssimos autores (Silva 1979, Campos 1980, Siqueira 1989b). Na verdade, as comunidades Caiçaras tiveram respostas bastante variadas aos conflitos, inclusive com o surgimento de lideranças locais que, juntamente com as distintas posturas adotadas pelos administradores das unidades de conservação onde elas estavam localizadas, contribuíram para a permanência de muitas delas, até os dias de hoje (Rosely Sanches, 2001, comunicação pessoal).

<sup>22</sup> Apesar de admitirem serem chamados de Caiçaras, os indivíduos estudados por Setti (1985), se auto-denominavam ubatubanos, praianos, ou barrigas verdes, devido à abundância de banana verde em sua dieta, consumida com peixe e farinha de mandioca (Setti 1985). Aliás, apesar dos primeiros trabalhos antropológicos com populações Caiçaras, na década de 1960, já utilizarem este termo para denominá-los (Willems 1966, Mussolini 1980), não fazem referência a como eles se auto-identificavam.

<sup>23</sup> Como já observava Willems (1966), na primeira metade do século XX, a palavra caiçara evocava a costa sudeste brasileira, atrasada, subdesenvolvida, pobre, onde a malária era endêmica. O Caiçara estereotipado era um sujeito preguiçoso, ébrio, indolente e não confiável.

*“... a general alertness to new economic opportunities which are readily embraced or readily rejected depending upon price levels; considerable spatial mobility which is manifested in the frequent migrations of individuals to Santos and in trading expeditions to rather distant localities in the coast”.*

Muitas vezes, as atividades de subsistência dos Caiçaras resultaram em “...um aproveitamento intensivo, quase exclusivo e mesmo abusivo dos recursos do meio...” (Mussolini 1980: 226), o que não condiz com sua moderna representação “ecologicamente correta”. Uma reflexão similar, sobre os Caboclos da Amazônia, já foi feita por outros autores (Lima 1992, Murrieta 1994, Murrieta 2000, Nugent 1993).

## **Conclusões**

De maneira geral, a relação entre as formações sociais ameríndias pré-conquista e as sociedades camponesas históricas brasileiras (Caiçaras e Caboclos) tem sido difícil de ser estabelecida, já que, ao invés de ter havido um processo claro de formação cultural/de identidade, houve um processo difuso. Esta dificuldade reflete-se, por exemplo, no relativo desinteresse da antropologia por estas sociedades (Nugent 1993). Apesar da primeira publicação sobre os Caiçaras datar da década de 1930, existe uma carência de etnografias *strictu sensu* sobre estas sociedades. Este vácuo, que precisa urgentemente ser preenchido, deu margem à apropriação e redefinição política do modo de vida Caiçara por outros atores, dentro do contexto das lutas ambientalistas da década de 1980.

Mesmo que o motivo subjacente a esta redefinição tivesse sido o de garantir os direitos dos moradores de unidades de conservação, a dicotomia criada entre povos “tradicionais” e “não tradicionais” é paralisante, e dificilmente se conseguirá, à posteriori, transformá-la em um entendimento global de suas identidades culturais (Hill 1996a: 9). A meu ver, a “identidade ecologicamente correta” deve ser abandonada em troca de uma definição mais dinâmica e histórica, que deve envolver tanto a história escrita quanto a própria memória social dos Caiçaras (etnohistória). O debate Caiçara em muito se beneficiaria de uma análise histórica “das pessoas em seus lugares”, considerando o ambiente “natural” tanto como um cenário, quanto como um produto das interações humanas (Scoones 1999: 490), como já foi demonstrado na Ilha de São Sebastião - SP (Adams 2000a, Adams 2000c, França 1954) e na Ilha Grande - RJ (Oliveira 1999). A imagem sincrônica do pescador “tradicional” só faz diminuir a importância dos Caiçaras na

construção da paisagem que agora é objeto de proteção por parte do Estado<sup>24</sup>, reduzindo sua riqueza cultural (Adams 2000b) e caracterizando mais uma das fases de marginalização destas sociedades dentro do processo histórico de formação do Brasil.

Ou seja, ao procedermos a esta reavaliação não podemos perder de vista o fato do modo de vida Caiçara estar intimamente relacionado ao processo de globalização do capitalismo, iniciado com as grandes descobertas marítimas, e que agora dá claros sinais de falência (Kurtz 2001: 14):

“...após 500 anos de sangrenta história colonial e imperialista, após um século de uma industrialização estatal-burocrática fracassada e modernização descompassada, após 50 anos de integração destrutiva no mercado mundial e de anos sob o absurdo domínio do novo capital financeiro transnacional, ...”.

No momento em que estas últimas linhas estão sendo escritas, o mundo vive a paranóia terrorista pós-11 de setembro. Entre as inesgotáveis leituras que podem ser feitas dos atentados nos EUA, não há como negar que uma das mensagens mais contundentes é a de que não é mais possível sustentar um sistema político-econômico globalizado com base numa massa de milhões de excluídos. Estou cada vez mais convencida de que a questão dos moradores “tradicionais” das unidades de conservação, assim como a dos sem-terra, deve ser assumida como uma questão de direitos humanos e de acesso à terra, que devem ser garantidos se pretendemos incluir estes setores historicamente marginalizados.

Contudo, esta postura traz algumas implicações básicas para a nossa responsabilidade social como membros da elite de um país de terceiro mundo. A primeira, é de que, como cientistas, temos “a obrigação moral, intelectual, ...[de] exercer a profissão tendo plena consciência de que o modo, tanto teórico como prático, de exercê-la acarretará conseqüências...” (Schlemmer 1992). A segunda, é de que novos desafios profissionais nos são colocados, na medida em que devemos nos empenhar na busca de formas de conciliar a conservação dos ecossistemas com o desenvolvimento sócio-econômico e a melhora da qualidade de vida das parcelas menos favorecidas de nossa população.

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer à Dra. Eeva Berglund e ao Dr. Stephen Nugent, do Departamento de Antropologia do *Goldsmiths College, Univeristy of London*, pelo convite para apresentar a versão

---

<sup>24</sup> Algumas das atualmente consideradas áreas “prístinas” da Mata Atlântica já foram, na realidade, manejadas pelos Caiçaras no passado (Oliveira 1999). O mesmo pode ser dito para outras sociedades, na Amazônia (Adams 1994, Balée 1987, Balée 1992).

anterior deste trabalho. Também gostaria de agradecer ao Dr. Roy Ellen ao MSc Dario Novellino (*University of Kent at Canterbury*) por seus comentários à versão anterior, e ao Dr. Rui Murrieta, à MSc Rosely Sanches e ao MSc Paulo Sinisgalli pelos valiosos comentários a esta versão. Durante meu mestrado, quando os dados aqui utilizados foram coletados, recebi bolsa da *Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo* (FAPESP). Durante o doutorado-sanduíche na Inglaterra recebi bolsa da *Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (CAPES).

## **Bibliografia**

- Adams, C. 1994. As florestas virgens manejadas. *Bol.Mus.Para. Emílio Goeldi, sér. Antropologia*, 10(1): 3-20.
- Adams, C. 2000a. *Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental*. São Paulo: Annablume. .
- Adams, C. 2000b. As Populações Caiçaras e o Mito do Bom Selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. *Revista de Antropologia*, 43(1): 145 - 182.
- Adams, C. 2000c. As Roças e o Manejo da Mata Atlântica pelos Caiçaras: uma revisão. *Interciência*, 25(3): 143-150.
- Adams, C. in press. The Pitfalls of Synchronicity: a case study of the Caiçaras from the Atlantic Rainforest of South-eastern Brazil. In: E. Berglund e D. G. Anderson, *Ethnographies of Environmentalists. Understanding Conservation Strategies and the Distribution of Privilege*. London: Berghahn.
- Almeida, A. P. 1946. Da decadência do litoral paulista. *Revista do Arquivo Municipal, S.Paulo*, 12(107): 35-57.
- Angelo, S. 1990. Picinguaba: três décadas numa vila de pescadores do litoral norte do Estado de São Paulo. *Bol.Paul.Geografia*, 69: 61-73.
- Balée, W. 1987. Cultural Forests of the Amazon. *Garden*, 11(6): 12-14, 32.
- Balée, W. 1992. Indigenous History and Amazonian Biodiversity. In: H. K. Steen e R. P. Tucker, *Changing Tropical Forests: Historical Perspectives on Today's Challenges in Central & South America*. Durham: Forest History Society. 185-197.
- Balée, W. 1995. Historical Ecology of Amazonia. In: L. E. Sponsel, *Indigenous People and the Future of Amazonia. An Ecological Anthropology of an Endangered World*. Tucson & London: University of Arizona Press. 97-110.
- Bernardes, S. and Bernardes 1950. A pesca no litoral do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, (2).
- Brosius, J. P. 2000. The Politics of Ethnographic Presence: sites and topologies in the study of transnational movements. In: C. L. C. (ed.), *New Directions in Anthropology & Environment*. New York: Altamira Press. 150 - 176.
- Campos, F. P. d. 1980. *A situação dos posseiros de Trindade no litoral sul fluminense: uma visão histórica*. Escola de Comunicações e Arte. São Paulo. Monografia. Universidade de São Paulo. .
- Chaui, M. 2000. *Brasil. Mito Fundador e Sociedade Autoritaria*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 103.

- Cunha, L. H. O. and M. D. Rougeulle 1989. *Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivência e conflitos; o caso de Guaraqueçaba (Paraná)*. São Paulo. estudo de caso. PPCAUB-USP. 78.
- Dean, W. 1996. *A Ferro e Fogo. A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras. 484 p.
- Descola, P. and G. Pálsson 1996. Introduction. In: P. Descola e G. Pálsson, *Nature and Society. Anthropological Perspectives*. London & New York: Routledge. 1-21.
- Diegues, A. C. S. 1983. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática. 287.
- Diegues, A. C. S. 1988. *Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caiçaras*. São Paulo. série documentos e relatórios de pesquisa. NUPAUB - USP. 37.
- Diegues, A. C. S. 1993. *Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB-USP. 66.
- Diegues, A. C. S. and P. Nogara 1994. *O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamanguá - Parati - Rio de Janeiro*. São Paulo. . NUPAUB/CEMAR - USP. 187.
- Ellen, R. F. 1986. What Black Elk Left Unsaid. On the Illusory Images of Green Primitivism. *Anthropology Today*, 2(6): 8-12.
- Ellen, R. F. 1993. Rhetoric, practice and incentive in the face of the changing times: a case study in Nuauulu attitudes to conservation and deforestation. In: K. Milton, *Environmentalism. The view from Anthropology*. London: Routledge. p. 126-143.
- França, A. 1954. *A Ilha de São Sebastião. Estudo de Geografia Humana*. São Paulo: FFCL - USP. 195 p.
- Furtado, C. 1968. *The Economic Growth of Brazil. A Survey from Colonial to Modern Times*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press. 285.
- Giddens, A. 1991. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: UNESP. 177.
- Hill, J. D. 1996a. Ethnogenesis in the Northwest Amazon: an emerging regional picture. In: J. D. Hill, *History, Power, and Identity*. Iowa: University of Iowa Press. 142-160.
- Hill, J. D. 1996b. Introduction: Ethnogenesis in the Americas. In: J. D. Hill, *History, Power, and Identity*. Iowa: University of Iowa Press. 1-19.
- IPARDES 1989. *APA de Guaraqueçaba: caracterização sócio-econômica dos pescadores artesanais e pequenos produtores rurais*. Curitiba. . Convênio IPARDES/SEMA/MDUMA. 87.
- Johnston, B. R. 2001. Anthropology and Environmental Justice: analysts, advocates, mediators, and troublemakers. In: C. L. Crumley, *New Directions in Anthropology & Environment. Intersections*. Walnut Creek: Altamira Press. 132 - 149.
- Kurtz, R. 2001. *O Ímpeto Suicida do Capitalismo*. Folha de São Paulo, Caderno Mais. São Paulo. p. 14-5.
- Langowski, V. B. R. 195? Contribuição para o estudo dos usos e costumes do praieiro do litoral de Paranaguá. *Cadernos do Museu de Arqueologia e Artes Populares*: 77-101.
- Leatherman, T. L. T., R. Brooke 2000. Political Ecology and Constructions of Environment in Biological Anthropology. In: C. L. C. (ed.), *New Directions in Anthropology & Environment*. New York: Altamira Press. 113 - 131.
- Leonardi, V. 1999. *Os Historiadores e os Rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15 / UNB. .
- Lima, D. 1992. *The Social Category Caboclo: history, social organisation and outsider's social classification of the rural population of the Amazonian region*. Cambridge. Thesis. University of Cambridge. .

- Luchiari, M. T. D. P. s.d. *A relação do homem com o meio ambiente no universo caiçara*. Xerox. .
- Marcílio, M. L. 1986. *Caiçara: terra e população. Estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. São Paulo: Edições Paulinas - CEDHAL. 245 p.
- Milanelo, M. 1992. Comunidades tradicionais do Parque Estadual da Ilha do Cardoso e a ameaça do turismo emergente. *In: Congresso Nacional sobre Essências Nativas, 2, 1992, São Paulo, Instituto Florestal - SP. p. 1109-117.*
- Milton, K. 1993. Environmentalism and Anthropology. *In: K. Milton, Environmentalism. The View from Anthropology*. London and New York: Routledge. 1-17.
- Mourão, F. A. A. 1971. *Os pescadores do litoral sul de São Paulo. Um estudo de sociologia diferencial*. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. São Paulo. Tese (Doutoramento). Universidade de São Paulo.
- Murrieta, R. S. S. 1994. *Diet and subsistence: changes in three caboclo populations on Marajó Island, Amazonia, Brazil*. Boulder. Thesis (Master of Arts). University of Colorado. 120 p.
- Murrieta, R. S. S. 2000. *The Dilemma of the "Chibé"-eater: food choices, ecology and everyday life among peasant communities in the Lower Amazon, Brazil*. Department of Anthropology. Boulder. PhD. University of Colorado. 213 p.
- Mussolini, G. 1980. *Ensaio de antropologia indígena e caiçara*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 288 p.
- Novellino, D. in press. Contrasting Landscapes, Conflicting Ontologies: Assessing Environmental Conservation on Palawan Island (The Philippines). *In: D. G. Berglund E. & Anderson, Ethnographies of Environmentalists. Understanding Conservation Strategies and the Distribution of Privilege*. London: Berghahn.
- Nugent, S. 1993. *Amazonian Caboclo society. An essay on invisibility and peasant economy*. Oxford: Berg. 278.
- Oliveira, R. R. 1999. *O rastro do homem na floresta: sustentabilidade e funcionalidade da mata atlântica sob manejo caiçara*. Programa de Pós Graduação em Geografia. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado). UFRJ. 150 p.
- Rivière, P. 1993. The amerindianization of descent and affinity. *L'Homme*, 23(2-4): 507-516.
- Rougeulle, M. D. 1989. Pescas Artesanais de Guaraqueçaba. *In: Encontro de Ciências Sociais e o Mar, 3, 1989, São Paulo, PCAUB/IOUSP/F.FORD/UICN. 281-88.*
- Sales, R. J. R. and A. C. C. Moreira 1994. *Estudo de viabilidade de implantação de reservas extrativistas no Domínio Mata Atlântica, município de Cananéia*. São Paulo. Proposta de continuidade do projeto. NUPAUB/USP, CNPT /IBAMA, FF e CPLA /SMA. 50 p.
- São Paulo 1998. *Plano de Manejo das Unidades de Conservação. Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Picinguaba. Fase I - Gestão Ambiental*. São Paulo. . Secretaria de Estado do Meio Ambiente.
- Schlemmer, B. 1992. A Ética da Profissão: da responsabilidade política do cientista à responsabilidade científica do pesquisador - um itinerário da antropologia francesa. *In: G. R. R. G. G. D. o. A. A. Arantes, Desenvolvimento e Direitos Humanos: a responsabilidade do antropólogo*. Campinas: UNICAMP. 137 - 153.
- Scoones, I. 1999. New Ecology and the Social Sciences: what prospects for a fruitful engagement? *Ann. Rev. Anthropol.*, 28: 479-507.
- Setti, K. 1985. *Ubatuba nos cantos das praias. Estudo do caiçara paulista e de sua produção musical*. São Paulo: Ed. Ática. 293 p.

- Silva, A. C. 1975. *O litoral norte do Estado de São Paulo. Formação de uma região periférica*. São Paulo: IGEOG-USP. 273 p.
- Silva, J. G. S. 1993. *Caiçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil*. São Paulo. . CEMAR/USP. 143 p.
- Silva, Y. M. F. A. 1979. *Trindade: sobrevivência e expropriação*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Pontifícia Universidade Católica. 121 p.
- Simão, A. and F. Goldman 1958. *Itanhaém. Estudo sobre o desenvolvimento econômico e social de uma comunidade litorânea*. São Paulo: FFCL-USP. .
- Siqueira, P. 1989a. Os Caiçaras do Litoral Norte do Estado de São Paulo. *In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR*, 3, 1989, São Paulo, PCAUB/IOUSP/F.FORD/UICN. p. 263-72.
- Siqueira, P. 1989b. Os Caiçaras e a Rio/Santos. *São Paulo em Perspectiva*, 3(4): 62-64.
- Valença, M. M. 1999. *Patron-client relations and politics in Brazil*. London. Research Papers in Environmental & Spatial Analysis. Londons School of Economics. p. 1-42.
- Viana, V. M. 2001. Núcleos de Reservas de Desenvolvimento Sustentável em Unidades de Conservação de Uso Indireto: o caso da Juréia. *In: Encontro Intercultural Povos do Vale do Ribeira, 2001, Ilha Comprida*. 2.
- Vianna, L. P. 1996. *Considerações críticas sobre a construção da idéia de população tradicional no contexto das unidades de conservação*. Departamento de Antropologia - FFLCH. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade de São Paulo. 217 p.
- Vitae, C. 1995. *Direito de uso de recursos naturais e de propriedade intelectual: o caso Juréia*. São Paulo. Publicação interna. Vitae Civilis. .
- Wallerstein, I. 1974. *The Modern World System*. New York: Academic Press. .
- Whitehead, N. L. 1993a. Ethnic Transformations and Historical Discontinuity in Native Amazonia and Guiana, 1500-1900. *L'Homme*, 126-128(avr.-déc.): 285-305.
- Whitehead, N. L. 1993b. Recent Research on the Native History of Amazonia and Guayana. *L'Homme*, 126-128(avr.-déc.): 495-506.
- Willems, E. 1966. *Buzios Island. A Caiçara community in Southern Brazil*. Seattle and London: University of Washington Press. 116 p.
- Winther, J., E. P. F. Rodrigues, et al. 1989. *Laudo de ocupação da comunidade de São Paulo Bagre, Cananéia (SP)*. São Paulo. . PPCAUB/F.FORD/IUCN/IOUSP. .
- Wolf, E. R. 1997. Preface and Introduction. *In: , Europe and People Without History*. Los Angeles & London: University of California Press. p. 1 - 23.